

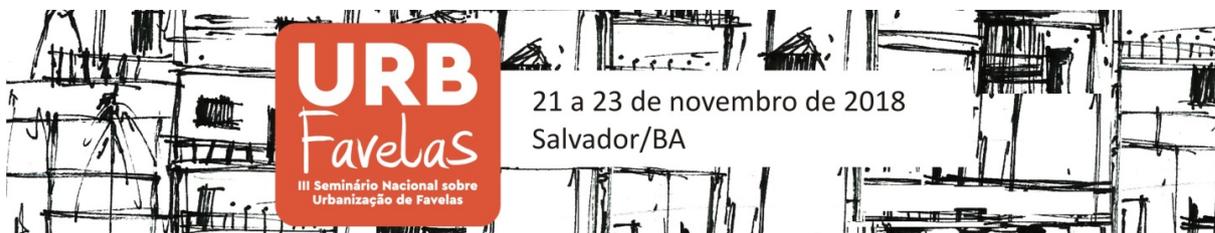


III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

DA IMPORTÂNCIA DA IMERSÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO:
REMODELANDO A CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Mariana Roberti Bomtempo (FACIPLAC) - maribomtempo@gmail.com

Arquiteta, urbanista e designer estudiosa do direito a cidade. Graduiu-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília em 2013 e concluiu seu mestrado em Design and Urban Ecologies pela Parsons - The New School em Nova Iorque em 2016.



DA IMPORTÂNCIA DA IMERSÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO: REMODELANDO A CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

RESUMO:

O presente artigo tem por finalidade discorrer sobre a experiência da implementação da Assistência Técnica pública e gratuita nas comunidades de maior vulnerabilidade social em Brasília, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CODHAB), entre os anos 2015 e 2017. Mais do que relatar o processo e identificar suas falhas e acertos, esse artigo almeja elucidar e instigar a importância do arquiteto-urbanista em assumir o protagonismo na aplicação desse tipo de política pública de forma que não dependa apenas de um cenário político-econômico ideal, o qual provavelmente não irá acontecer. Afinal, mesmo em uma situação de anuência política, como o caso aqui exemplificado, não faltaram barreiras a serem transpostas pela equipe. Finalmente, neste artigo, a partir dessa experiência de imersão nas áreas de vulnerabilidade concomitantemente ao trabalho de Assistência Técnica como descrita na Lei Federal 11.888/08, é proposto que reflitamos sobre como a legislação deve ser remoldada a partir das reflexões da prática. O que é proposto é que a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) atualize-se e transforme-se em ATUAIS: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social.

Palavras-chave:

Imersão. Assistência Técnica. Interesse Social.

ST – 1: Projeto, Processo, Superação de Limitações



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo esclarecer o processo que foi desenvolvido e concretizado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Brasília ao longo dos anos de 2015 a 2017 quando foi implementada a Assistência Técnica pública e gratuita em Arquitetura e Urbanismo nas maiores comunidades periféricas da cidade de Brasília.

Em um primeiro momento será explicado brevemente como foi construído e como se apresenta atualmente o território da cidade de Brasília para que fique claro suas características socioespaciais e qual a relação do trabalho de assistência técnica com essa morfologia urbana. Em seguida é esmiuçado como o processo de implementação dessa política pública foi complexo e com uma série de dificuldades políticas dentro e fora da Companhia, como a equipe conseguiu contornar os obstáculos e se estabelecer como uma estratégia consistente e com resultados relevantes.

E finalmente o artigo é concluído com reflexões a respeito da experiência desenvolvida dentro da Companhia e como esta pode remoldar a perspectiva do entendimento da política pública de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social para uma ação mais relevante no atual cenário das cidades brasileiras.

2 CONTEXTO URBANO

Brasília foi erguida do zero, e antes de sua construção a área era ocupada predominantemente pelo Cerrado – um dos maiores biomas brasileiros e considerado um dos mais ricos tipos de savana do mundo. Esse bioma foi tratado basicamente como uma *tabula rasa*, completamente arrasado e remodelado para que a cidade fosse edificada. Houve muita polêmica em relação ao deslocamento da capital do Brasil a um território antes pouco explorado e distante dos principais núcleos urbanos existentes, naquele tempo, existiam alguns pequenos municípios ao redor da área onde o Plano Piloto de Brasília seria construído, e que agora fazem parte da cidade de Brasília ou de sua região metropolitana. Hoje em dia, Brasília é a terceira cidade mais populosa do país com uma população estimada em 2017 de mais de 3 milhões de habitantes (IBGE, 2017) e mais um triste exemplo da profunda desigualdade socioeconômica no tecido urbano brasileiro.



Os trabalhadores que se deslocaram para a construção de Brasília não detinham condições financeiras de adquirir um imóvel na nova cidade, e a eles não era permitido viver no *Eldorado* que haviam construído. Segundo o antropólogo James Holston, Brasília foi definida para ser uma cidade cujo propósito essencial é administrativo, "com uma absoluta predominância dos interesses dos servidores públicos e suas famílias" (HOLSTON, 1989, p. 279, tradução nossa), o que demonstra explicitamente a falta de entendimento da cidade como um espaço aberto à diversidade.

Dessa forma, para buscar meios de abrigar essas populações que não eram bem-vindas à região do Plano Piloto de Brasília, surgiram as “cidades satélites”. Entretanto, simplificar a dicotomia entre o Plano Piloto e as cidades satélites é muito superficial para definir a complexa mancha urbana que é Brasília hoje. Cada parte da cidade tem sua narrativa. Antes da construção da capital, já existiam duas pequenas cidades, e certos acampamentos de trabalhadores da construção permaneceram como bairros depois de muita resistência das pessoas que ocuparam o local, entre eles a Candangolândia, a Vila Planalto, o Paranoá e o Núcleo Bandeirante. Alguns dos assentamentos informais de pessoas que vieram em busca de novas oportunidades foram removidos e reassentados em novas cidades satélites, e assim foram originados locais como Taguatinga, Gama, Ceilândia e Sobradinho; enquanto outros permaneceram onde estavam e foram urbanizados, como a Estrutural, o Varjão e o Itapoã, já durante o período da redemocratização do Brasil. Grandes regiões foram parceladas pelo próprio governo local com distribuição de lotes bem distantes das principais áreas com trabalho, como Santa Maria, Recanto das Emas, Samambaia, Riacho Fundo I e II. Novos parcelamentos surgiram nos últimos anos e continuam a crescer sem qualquer tipo de ordenamento, como os novos bairros de São Sebastião. Algumas extensas áreas rurais compostas por chácaras cedidas pelo governo para a produção local não resistiram à pressão imobiliária e foram parceladas em condomínios horizontais irregulares para as classes de menor renda – como Sol Nascente, Pôr-do-Sol e Porto Rico – e média-alta – como Vicente Pires e Arniqueira. O Plano Piloto permaneceu sem muitas mudanças em relação ao que foi planejado, com grandes parcelas de terra vazia sendo alvo de especulação, enquanto toda a cidade efervescia com assentamentos por todos os lados. De acordo com Holanda (2010), essa



dinâmica urbana produziu um assentamento caracterizado por fragmentação, baixa densidade, excentricidade e segregação socioespacial.

Figura 1: Imagem de Sobradinho na época de sua inauguração, 1961.



Fonte: Página do Facebook do Arquivo Público do Distrito Federal (2018).

Figura 2: Santa Luzia, Estrutural, local onde habitam mais de 3 mil famílias em situação de extrema vulnerabilidade social e área considerada de relevante interesse social uma vez que está nas bordas do Parque Nacional de Brasília.

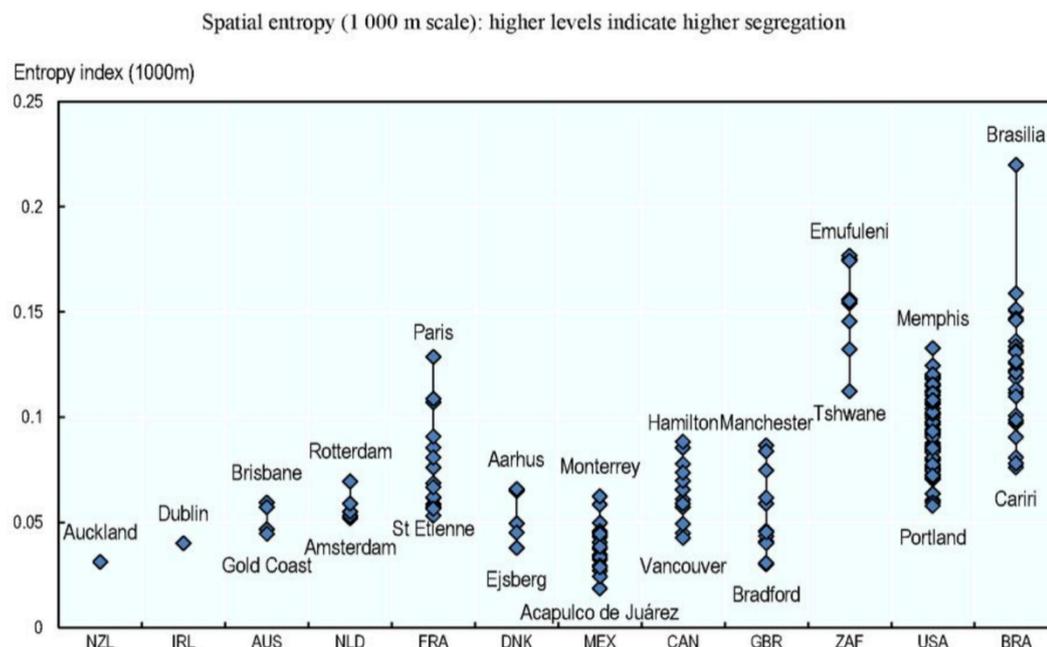


Fonte: Própria (2016).



Em um recente estudo publicado sobre segregação socioespacial, *Divided Cities - Understanding Intra-urban Inequalities*, a OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) classificou Brasília como a cidade com a maior segregação socioespacial de toda a pesquisa feita que incluiu mais de 100 cidades de 12 países, e dentre elas a África do Sul onde houve a política de segregação do Apartheid que perdurou de 1948 a 1994. Para este estudo da OECD foram estabelecidos parâmetros numéricos para comparar as cidades e os cálculos utilizaram dados georreferenciados quanto a renda da população destes locais e as distâncias entre elas. Os índices abaixo indicam que quanto maior a entropia (medida de variação do sistema) maior os níveis de segregação socioespacial.

Figura 3: Níveis de segregação de renda nas cidades, por país (último ano disponível)



Fonte: OECD (2018), *Divided Cities: Understanding Intra-urban Inequalities*, OECD Publishing, Paris, p. 28.

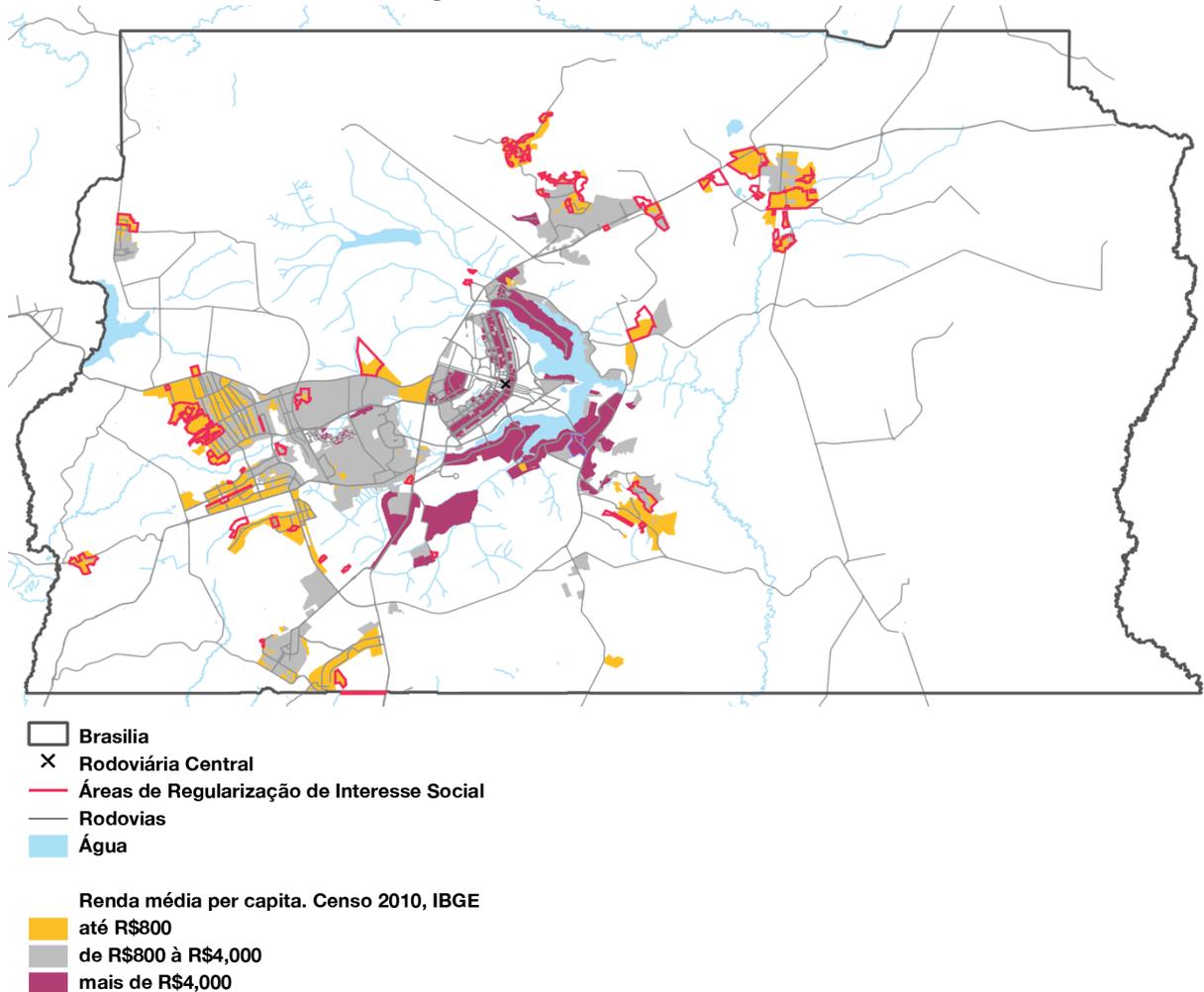
O que fica claro no gráfico é a relação entre a profundidade das desigualdades sociais existentes no país e sua segregação espacial nas cidades, entretanto é ao mesmo tempo alarmante que a capital do Brasil cujo território teve sua ocupação distribuída pelo Estado seja mais segregada que as cidades da África do Sul onde houve formalmente uma política de segregação social por grande parte do século XX. Brasília é o reflexo da crueldade e da



obscuridade da manutenção do poder político e econômico centralizado, autoritário, branco e privilegiado tão convencionado na sociedade que poucos reconhecem essa perversidade. "Quando existem altos níveis de desigualdade e segregação em uma região urbana, isto reduz a probabilidade de mobilidade socioeconômica e socioespacial, reforçando os padrões existentes de desigualdade" (OECD, 2018, p.146, tradução nossa).

A realidade é dramática em termos de distâncias econômicas e físicas entre ricos e pobres em Brasília. Além disso, a maioria dos empregos formais encontra-se na região do Plano Piloto o que gera um intenso fluxo pendular na cidade, que é agravado pela falta de disponibilidade de modais públicos e o excesso de veículos particulares. Atualmente, Brasília conta com uma frota de 1,7 milhão de veículos (DETRAN/DF, 2017) o que resulta numa média estimada de mais de 1,7 morador por veículo. Em Brasília, é possível colocar toda a população em veículos privados e ainda ficariam disponíveis os lugares no banco de trás. Neste cenário, com a divisão bem definida e a grande distância física entre as classes sociais, as classes mais altas utilizam veículos particulares e nunca encontram ou reconhecem a realidade das classes mais baixas, que se locomovem por meio de um sistema público de baixa qualidade. Pode-se dizer que “tal ambiente desumano promove exclusão social ao limitar a interação, prevenindo o ‘inesperado’ e controlando o acesso e o uso, resultando em uma urbanidade estéril” (HEHL; ANGELIL, 2014. p. 333, tradução nossa).

Figura 4: Mapa com a espacialização da renda em Brasília e localização das Áreas de Regularização de Interesse Social



Fonte: Própria (2018). Dados: IBGE, 2010 e SEGETH/Geoportal, 2018.

Neste contexto de segregação, as áreas de assentamentos informais de Brasília, marcadas no mapa acima e denominadas Áreas de Regularização de Interesse Social, encontram-se extremamente distantes do centro do Plano Piloto, centrifugadas pelas forças da exclusão e do esquecimento, a quilômetros de distância e ocupando os limites da mancha urbana. Espacialmente fica claro que no cotidiano, onde os percursos são das bordas para dentro da malha urbana, o local onde as pessoas menos abastadas vivem não é nem local de passagem pelas pessoas mais ricas que são completamente alienadas da existência da profunda



desigualdade social da cidade. Dentro da atual estrutura do Governo do Distrito Federal, a CODHAB (Companhia de Desenvolvimento Habitacional), que é uma empresa pública, é responsável pela regularização dessas áreas e provimento de infraestrutura urbana junto aos demais órgãos e concessionárias de onde é possível essa regularização.

3 DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO: SAINDO DA REPARTIÇÃO

No início de 2015, a presidência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (CODHAB) foi assumida pelo arquiteto Gilson Paranhos, nomeado pelo então governador do Distrito Federal no início de sua gestão. A partir dessa nomeação iniciou-se a implementação da Assistência Técnica pública e gratuita em Arquitetura e Urbanismo pela Companhia. Gilson Paranhos já possuía um extenso histórico de militância por uma classe de arquitetos e urbanistas que trabalhassem em prol de cidades menos desiguais em trabalhos no Instituto de Arquitetos do Brasil e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

O trabalho foi originado quando um pequeno grupo de jovens arquitetos, que já havia trabalhado com Paranhos anteriormente, foi chamado para incorporar a equipe da CODHAB e para levar o trabalho de arquitetos às comunidades e aos assentamentos informais de menor renda em Brasília. O primeiro Posto foi aberto na comunidade do Sol Nascente, em um espaço cedido por um morador, no dia 6 de abril de 2015, quando a primeira equipe de arquitetos constituída foi enviada para trabalhar no local. Por se tratar de uma área que não está regularizada, não é possível que o governo possua ou alugue espaços nesses assentamentos, o que atrapalha bastante não só a existência do Posto de Assistência Técnica (PAT) da CODHAB no local, como também a chegada de qualquer outro equipamento público necessário à qualificação do assentamento.



Figura 5: Abertura do Posto de Assistência Técnica do Sol Nascente.



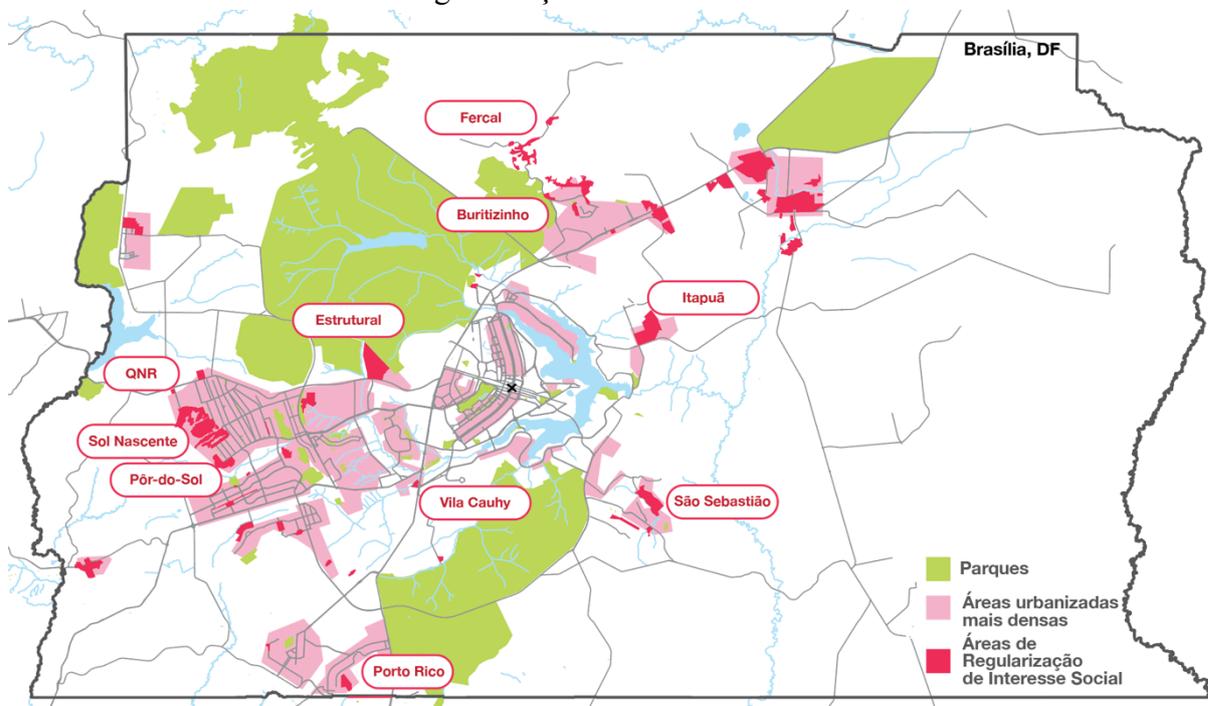
Fonte: Dênio Simões/Agência Brasília (2015).

O segundo posto foi aberto na Estrutural em 20 de abril de 2015, em uma sala cedida pela Administração Regional (o que na estrutura governamental do GDF seria uma espécie de subprefeitura). Posteriormente o posto mudou-se para a comunidade de Santa Luzia, área da Estrutural de maior vulnerabilidade social. Em 24 de junho de 2015 foi aberto o posto na QNR na Ceilândia, local fruto de reassentamento de pessoas por parte da CODHAB alguns anos atrás. Em 11 de setembro de 2015, foi inaugurado o quarto posto da CODHAB na localidade do Pôr do Sol por solicitação de lideranças locais que disponibilizaram o espaço para a equipe. Em 19 de janeiro de 2016, iniciou-se o trabalho do posto da Vila Cauhy em uma sala cedida também uma por lideranças locais depois de uma forte enchente na comunidade. O sexto posto localizou-se na Fercal em um espaço cedido pela Administração Regional no dia 21 de março de 2016. Devido a pressões políticas em 4 de abril de 2016 foi aberto o posto de Brazlândia para fazer o atendimento da comunidade da Vila São José, o espaço também foi cedido pela Administração Regional. No dia 28 de abril de 2016, foi



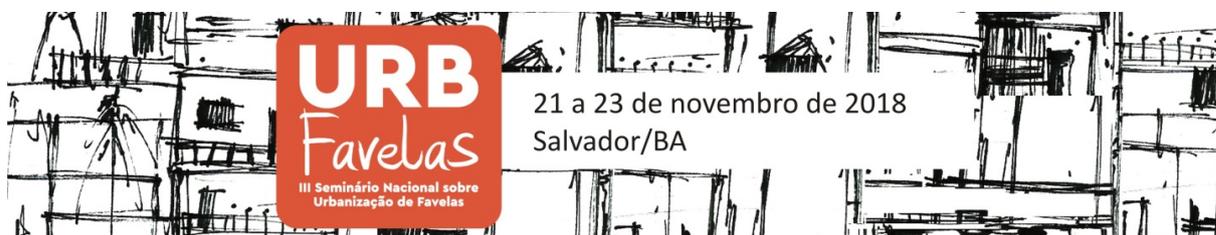
concluído o total de dez postos com a abertura dos postos nas comunidades de Porto Rico, Buritizinho e São Sebastião em espaços cedidos pelos próprios moradores em acordos com lideranças locais e Administrações Regionais. Posteriormente foram necessários fechar os postos de Buritizinho e da QNR, e a equipe foi reajustada para fazer o atendimento nos postos do Sol Nascente trecho II em 22 de outubro de 2016 e finalmente o posto do Sol Nascente trecho III em 28 de março de 2017. Em 2018 foi fechado o posto da Fercal e aberto em Itapuã.

Figura 6: Localização das áreas onde estão/estiveram os PAT/CODHAB e as Áreas de Regularização de Interesse Social



Fonte: Própria (2018). Dados: IBGE, 2010 e SEGETH/Geoportal, 2018.

Inicialmente, a infraestrutura para o trabalho era muito precária, mas aos poucos foi chegando com a instalação de mobiliário, computadores, internet móvel, placa de sinalização e água potável. Ao final do ano de 2016, a CODHAB alugou contêineres que foram instalados em algumas das comunidades nas quais o espaço de trabalho teve de ser devolvido ao responsável. Internet de alta velocidade e impressoras para todas as equipes foram adquiridas apenas na segunda metade de 2017. Recentemente, em junho de 2018 foi instalado o primeiro PAT permanente em contêiner projetado e comprado para isso, a previsão é instalar em todas as comunidade até o final do ano. Diante das dificuldades, não foram poucas as vezes em que



os arquitetos responsáveis pelos PATs tiveram de arcar utilizando recurso próprio com os custos de infraestrutura, manutenção e funcionamento do local de trabalho.

As equipes foram enviadas às comunidades, inicialmente, para colocar em funcionamento um escritório de arquitetura que deveria trabalhar dentro dos moldes mais “tradicionais”, atendendo os moradores como seus clientes como usualmente é a prática de arquitetos na iniciativa privada. Além disso, algumas das localidades estavam em obras de drenagem e pavimentação urbana, como Sol Nascente e Porto Rico, e o PAT pôde então acompanhar de perto o andamento dessas obras, já que a CODHAB é a instituição responsável pelo projeto urbanístico desses locais.

A falta de infraestrutura e de capacidade técnica para desenvolver o trabalho eram os principais desafios para a equipe ao longo do trabalho. Não faz parte da formação do arquiteto lidar com as demandas de comunidades em situação de vulnerabilidade, apesar de tais comunidades também precisarem do suporte desse tipo de profissional. Ademais há o estigma social de serem lugares perigosos e inacessíveis para as pessoas que moram em outros locais da cidade, o que é agravado pela falta de conexão de transporte público dessas localidades.

Dentro da Companhia, essa nova estratégia também não era vista com bons olhos por todos. Muitos funcionários temiam ser enviados para trabalhar dentro das comunidades e perder o conforto de sua mesa e ar-condicionado dentro da repartição; outros achavam que esse tipo de trabalho era uma grande bobagem, perda de tempo ou demagogia, que não havia a menor diferença entre o trabalho ser feito no Plano Piloto ou dentro do local, afinal uma visita seria o suficiente para conhecer o território; e haviam os que simplesmente não queriam que a ideia desse certo, fazendo o possível para dificultar o cotidiano da equipe que estava na ponta. Do outro lado da cadeia hierárquica do governo e bem longe dos ares-condicionados das repartições públicas, essa equipe era o principal alvo das demandas da população em relação à falta de compromisso e qualidade de trabalho que o Estado tem representado ao longo dos anos para essas pessoas.

Outra barreira a ser transposta pela equipe foi a resistência da própria comunidade em receber uma instituição do governo no local, principalmente porque até aquele momento a presença



do Estado nessas localidades era apenas repressiva: tanto em relação à violência urbana quanto à própria existência das ocupações, que já haviam sido derrubadas por diversas vezes de maneira truculenta e inconsistente.

O cotidiano de uma sala aberta dentro da comunidade foi capaz de apaziguar os ânimos, conforme a população foi questionando e entendendo o trabalho a ser realizado por aquele espaço. Além disso, algumas reuniões foram promovidas nos locais, convocadas pelas lideranças comunitárias, e assim a ponte entre governo e moradores passou a ser direta. Para alguns membros da equipe que estudam e desenvolvem trabalhos sobre participação popular foi muito interessante a vivência cotidiana dentro da comunidade, a partir da compreensão de que muitas vezes não há real representatividade por parte das pessoas que se intitulam lideranças comunitárias, e muitos cidadãos não têm seus anseios reverberados nos diálogos entre as camadas mais altas do governo e as ditas lideranças.

Apesar das dificuldades, desde o início a equipe foi movida pela paixão e pelos ideais de que o trabalho do arquiteto e urbanista também deve estar nas áreas mais desprovidas da cidade, e há muito a ser feito nesses locais. Faltam espaços públicos de qualidade, não há infraestrutura ou equipamentos públicos, e as casas possuem sérios problemas construtivos que implicam insegurança e insalubridade para as numerosas famílias que não possuem outra opção para moradia. Conviver e levar esses problemas às gestões do governo de Brasília foi a raiz do trabalho da equipe de arquitetos, que buscou meios de mitigar a realidade existente.

4 TRABALHAR A CIDADE DE FORA PARA DENTRO

Uma vez dentro da comunidade, algumas ideias que fazem parte do entendimento da assistência técnica foram sendo remodeladas e revistas. Muitas vezes fomos questionados pelos moradores se faríamos "só o projeto" ou se seria fornecido o material de construção, seja por doação, seja por financiamento. Além disso, a falta de compreensão do papel do arquiteto e urbanista é recorrente na sociedade, o que faz da profissão um bibelô que reforça a desigualdade econômica entre aqueles que podem ou não pagar esse profissional. Portanto, aos olhos da sociedade, o projeto arquitetônico de uma moradia é só um papel e o arquiteto,



um profissional que cuida da estética. Para as famílias que não possuem condições financeiras de executar os projetos, os desenhos técnicos representam um sonho distante, ilegível e que não se tornará realidade tão cedo. Pouquíssimas famílias que puderam executar os projetos oferecidos pelos Postos de Assistência Técnica. Na comunidade do Sol Nascente, a senhora Irene concretizou o projeto de reforma desenvolvido pelo Posto e teve acompanhamento técnico da equipe durante a obra.

No mais, como exigir de famílias que sobrevivem com até três salários mínimos que tenham economias para executar obras em suas residências? Essa reserva financeira é rara: geralmente os que estão em vias de executar obras possuem renda um pouco superior e não estão incluídos na Lei Federal 11.888/08, não havendo, portanto, respaldo para o atendimento prestado pela CODHAB.

Durante a vivência, a partir da perspectiva do trabalho de assistência técnica provido pelo governo, foi possível observar algumas diferenças fundamentais na abordagem do tema. Em casos de iniciativas do terceiro setor, não existe processo burocrático para o desenvolvimento do projeto, como comprovação de moradia e renda, situação cadastral da família em programas de assistência do governo, e toda a documentação exigida, além de relatórios técnicos e sociais para abertura de processo. Ademais, apesar de os arquitetos técnicos do governo e os arquitetos que trabalham em uma iniciativa social serem vistos com desconfiança – uma vez que são seres estranhos naquele espaço –, as percepções da comunidade sobre esses dois tipos de arquitetos são diferentes. O arquiteto funcionário do governo é uma figura que, na perspectiva da comunidade, muitas vezes representa o poder vertical do Estado, composto de instituições corruptas e de interesses escusos e do tecnicismo acima das relações humanas; já o trabalho de uma iniciativa privada ou do terceiro setor é percebido de maneira filantrópica, benevolente e generoso, como caridade mesmo, como se não fosse um trabalho efetivo.

A partir dessas dificuldades pensou-se em como estabelecer algum tipo de relação para aproximar a equipe técnica dos moradores e provocar uma transformação imediata do espaço, para materializar o potencial dessa parceria. Assim, iniciaram-se as Ações Urbanas Comunitárias: atividades promovidas aos sábados, por meio de mutirão, para transformação



do espaço urbano desses assentamentos. Os arquitetos responsáveis por cada comunidade mapeavam e escolhiam espaços com potencial para serem transformados e ativados para o uso comunitário. Eram feitos projetos de intervenção e reuniões com a comunidade para apresentação da proposta, e finalmente eram promovidos alguns sábados de trabalho conjunto para execução.

As Ações Urbanas Comunitárias funcionavam como um catalisador que exalta as potencialidades dos espaços e aumenta a autoestima da comunidade, o que era um anseio dos técnicos. Frente aos problemas coletivos dos locais, os problemas individuais – que são foco do trabalho de assistência técnica – pareciam ser muito pequenos, e com as Ações Urbanas foi possível plantar uma semente sobre a importância do coletivo. Os mutirões eram feitos com técnicas simples e materiais baratos e reciclados, para que possam ser facilmente replicáveis em outras áreas dos assentamentos, por iniciativa dos próprios moradores.

Figura 7: Antes e depois da Avenida das Palmeiras no Sol Nascente, a maior e principal intervenção das Ações Urbanas Comunitárias, onde os arquitetos alteraram o projeto de pavimentação do local para criar uma grande área de lazer para a comunidade.



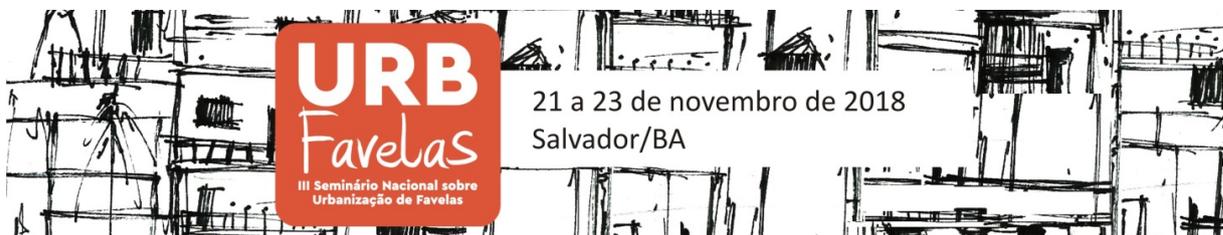
Fonte: Própria (2017).



Enquanto a pequena equipe de um arquiteto e um estagiário por Posto foi absorvida pelas demandas relacionadas aos aspectos urbanos das comunidades, buscando identificar e dar encaminhamentos aos problemas de infraestrutura, regularização e espaços públicos, bem como aos impasses relacionados às disputas políticas dos locais, pouco se conseguiu avançar em relação à execução da assistência técnica conforme a Lei 11.888/08 nos anos de 2015 e 2016. Além disso, para o desenvolvimento de um projeto adequado de melhoria habitacional, seria importante ter equipes multidisciplinares, compostas também por assistentes sociais, engenheiros e estagiários. Portanto, a equipe progrediu pouco em relação aos projetos de reformas das residências naquele período.

Para então conseguir dar vazão aos projetos de melhorias, foram promovidas licitações para cinco de dez localidades onde a CODHAB estava trabalhando naquele momento, a fim de que empresas privadas com equipes multidisciplinares pudessem realizar o trabalho de assistência técnica. Cada empresa passou a ser responsável pelos projetos do programa de Melhorias Habitacionais em uma comunidade com um determinado número de clientes a serem atendidos. As empresas deveriam ter pelo menos um assistente social para fazer as visitas e o relatório técnico-social da família, além de recolher os documentos que comprovassem o atendimento aos critérios pré-estabelecidos pela legislação e pelo programa de Melhorias Habitacionais da CODHAB. A equipe técnica composta por arquitetos e/ou engenheiros deveria fazer o levantamento construtivo da residência que apontasse problemas de insegurança e insalubridade, com o objetivo de determinar se aquela construção necessitava de reparo ou ampliação, para melhor qualidade de vida dos residentes.

No início, houve muita dificuldade das empresas em entender o que deveria ser feito naquele trabalho, então, os arquitetos da CODHAB apresentaram as comunidades e juntos buscaram famílias que pudessem ser beneficiadas pelo programa. Houve muita desconfiança dos moradores, pois era um trabalho inédito e, apesar do potencial, não foi maciçamente divulgado para não gerar filas de espera. A quantidade de projetos também não foi muito ampla, com o objetivo de que o programa-piloto desse os primeiros resultados e, posteriormente, mais dinheiro fosse investido.



Por ser um projeto pioneiro, algumas das empresas que participaram da licitação não entenderam de que se tratava a assistência técnica, e colocaram preços muito abaixo do que seria tecnicamente sustentável para a realização de projetos personalizados caso a caso, impactando a velocidade e a qualidade do trabalho prestado. Foi necessária muita paciência e jogo de cintura da equipe de arquitetos da CODHAB até que o processo fosse claramente compreendido e concretizado pelas empresas.

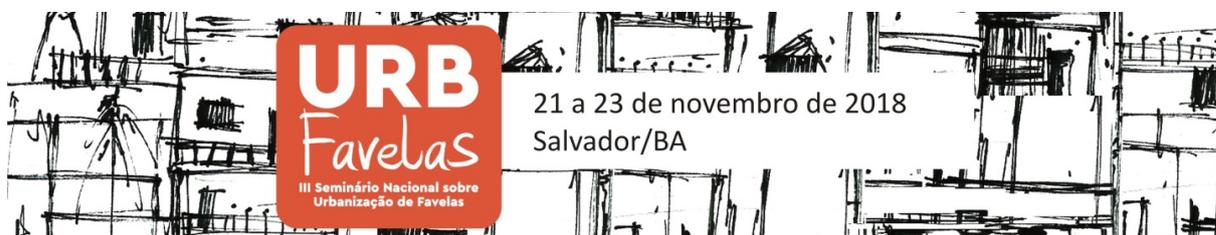
Uma vez que a primeira obra em cada comunidade foi concluída, mais pessoas se interessaram pelo programa, e a divulgação de boca em boca foi o suficiente para que a meta de projetos licitados fosse atingido. Foi interessante observar o poder das conexões sociais entre os moradores que divulgavam o projeto para um vizinho, amigo ou parente – esse tipo de publicidade do projeto também serviu como termômetro da necessidade do programa para a localidade e da qualidade dos serviços prestados.

Figura 8: Antes e depois da intervenção do programa de Melhorias Habitacionais na expansão da residência da Senhora Joelma na comunidade de Porto Rico.



Fonte: Própria (2018).

Depois de assimilado o processo, a maior dificuldade passou a ser a materialização do projeto por meio de um orçamento restrito frente a todas as necessidades técnicas levantadas e os anseios das famílias, que eram muito mais amplos. Como estratégia, a equipe preferiu desenvolver o projeto completo da residência e, a partir daquilo que era julgado como prioridade, fazia-se o recorte do que seria executado pelo subsídio. Essa estratégia foi adotada porque o projeto da residência é direito do cidadão, e para a equipe significava um norte para o dimensionamento das intervenções. Entretanto, para algumas famílias, aquele projeto de



continuação era um sonho muito distante, e apesar de ser explicado inúmeras vezes que seria executado somente o que cabia no orçamento, algumas famílias ficavam frustradas, pois criavam a expectativa da execução completa do projeto pela CODHAB.

Inicialmente, a CODHAB possuía uma verba de 10 mil reais por família para o custeio das composições de material e mão de obra seguindo a tabela do SINAPI e o percentual dos benefícios e despesas indiretas (BDI). Posteriormente, após constatado que o desconto do BDI atrapalhava o bom resultado das obras, o valor do subsídio foi aumentado para 13,5 mil reais, que, com o desconto do BDI, resultava em aproximadamente 10 mil reais em material e mão de obra. Esse valor conseguiu melhorar bastante o conflito entre expectativa e realidade do projeto, entretanto, os valores orçados para os insumos costumam ser superiores ao valor que os moradores arcam por meio da autoconstrução, e além disso, há muita desconfiança em relação à equipe técnica. Principalmente na atual conjuntura do país em que há uma constante lavagem cerebral por parte da mídia de que todo serviço prestado pelo governo é péssimo e todos são corruptos neste sistema.

Quando este trabalho desenvolvido pela CODHAB é comparado com aquele desenvolvido por uma iniciativa de empresa social, a compreensão dos limites do que pode ser feito dentro de um orçamento é claro e tangível, pois é a família que arca com os próprios custos da construção.

Mesmo com todos os percalços do processo de instalação dentro da comunidade e de entendimento da lógica daquele espaço para conseguir propor intervenções urbanas, estabelecer relações de confiança com os moradores do local, ouvir as infinitas demandas que existem e confrontar diariamente a realidade da maior parte da população brasileira, somente vivenciando o cotidiano do local a equipe técnica passou a compreender a riqueza de iniciativas e propostas que poderiam ser feitas para aqueles lugares. É essencial uma postura ativa dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo para buscar meios de transformar as moradias e as cidades, não há como saber se uma ideia funciona se ela não colocada em prática, refletida sobre e remoldada. Esta forma contínua de construção do conhecimento baseado na práxis de Paulo Freire, somando teoria e prática, ação e reflexão, aplica-se como



estratégia de implementação de políticas públicas inovadoras que buscam cidades mais justas e com melhor qualidade espacial.

Foi colocando em prática o que está na lei que foi possível identificar estratégias e definir metodologias que melhor se adequem à realidade das pessoas e dos locais. Também foi possível desenvolver meios que visem a promoção da qualidade das áreas públicas uma vez que essa é essencial à aplicação do trabalho de assistência técnica de maneira profunda e efetiva, pois não faz sentido a melhoria da habitação das famílias se para aquela localidade onde não há esgotamento sanitário ou pavimentação das vias.

5 MUDANÇA DE PERSPECTIVA: DE ATHIS PARA ATUAIS

A partir da experiência de campo, acredito que a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social deve ter sua prática reformulada, passando a ser: **Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social**, pois a intervenção dos arquitetos somente na moradia não é o suficiente diante dos graves problemas de desenho urbano e qualidade espacial das cidades brasileiras. De ATHIS para ATUAIS.

O fato do arquiteto trabalhar somente com a construção da moradia em si tem sido recorrente desde os tempos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e foi ampliado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mas está longe de ser o ideal. A moradia sem cidade não funciona e é desumana, a casa não deve ser desvinculada das relações sociais que compõem a cidade. Os profissionais de arquitetura e urbanismo precisam atualizar sua forma de participar da construção da cidade, pois a perspectiva repetida a exaustão durante o século XX já se mostrou ineficiente.

Os problemas a serem tratados pelos profissionais técnicos que estão dentro de comunidades de baixa renda são complexos, mas somente a partir de uma perspectiva de imersão se torna possível abordá-los de maneira próxima da realidade.

Existe muita ignorância entre os responsáveis pelas cidades que estão no topo. Não há escapatória, pois as grandes cidades são simplesmente grandes e complexas demais para que sejam compreendidas em detalhe de qualquer perspectiva - quer a das altas esferas, quer a de qualquer ser humano. Mesmo assim o detalhe é fundamental. Os integrantes de um grupo



distrital do East Harlem, antes de um encontro com o prefeito e seus secretários, [...] fizeram o seguinte comentário: 'Devemos salientar que constatamos frequentemente que nós, que moramos e trabalhamos no bairro, o vemos de maneira bem diferente [...] daqueles que apenas passam por ele a caminho do trabalho ou leem a respeito dele nos jornais ou, mais ainda, acreditamos, daqueles que tomam decisões sobre ele em repartições no centro da cidade.' [...] É uma queixa que não deixa de se repetir em todas as nossas grandes cidades. (JACOBS, 2009, p. 133)

Conforme a citação de Jane Jacobs, as decisões sobre a cidade não devem ser feitas a partir de repartições no centro da cidade onde não há convivência com a realidade, e a assistência técnica deve abordar essa necessidade como estratégia em sua raiz. O profissional de Arquitetura que trata de questões urbanas deve ser um articulador de processos complexos, que se entrelaçam de maneira transdisciplinar. Esse trabalho faz parte da disciplina de assistência técnica e deve ser feito de baixo para cima, em parceria com a comunidade, costurando os diversos segmentos que compõem os complexos sistemas que articulam a lógica urbana. O entendimento da assistência técnica também precisa ser atualizado.

E dessa prática, propõe-se que o trabalho de assistência técnica pode e deve (1) ativar as nesgas de espaço urbano que sobram dos assentamentos informais, para torná-las espaços públicos de qualidade; (2) criar arborização urbana que acompanhe as ruas e calçadas, contribuindo para cidades mais bonitas e com temperaturas mais amenas; (3) desenvolver meios para a mobilidade coletiva e principalmente para a mobilidade ativa, a fim de que não se dê preferência ao transporte individual; (4) desenvolver projetos de melhorias habitacionais de forma a qualificar e valorizar o esforço das pessoas que recorreram à autoconstrução; (5) promover meios de buscar a educação urbana, para que as pessoas se tornem mais conscientes e ativas quanto à realidade de nossas cidades e sobre como torná-las melhores.

Entretanto, tais metas não podem ser alcançadas se os responsáveis pelo diagnóstico, pela elaboração de táticas, pela recomendação de medidas não souberem o que estão fazendo. Devem ter a respeito não um conhecimento generalizado, mas um conhecimento detalhado sobre os lugares específicos e únicos da cidade com os quais estão lidando. Eles podem adquirir boa parte das informações de que precisam com ninguém senão os próprios moradores do lugar, pois não há quem saiba mais a respeito.



Nesse tipo de planejamento, não basta que os administradores de várias áreas conheçam *serviços e técnicas* específicas. Eles precisam conhecer, e conhecer a fundo, *lugares* específicos. (JACOBS, J., 2009, p. 456)

Todas essas e outras atividades não são necessariamente atribuições de uma mesma pessoa: o trabalho complexo exige uma equipe e redes multidisciplinares que não dependam somente das forças do governo, mas que envolvam iniciativas privadas, terceiro setor, coletivos, empresas sociais, organizações não governamentais, entre outros. Nesse contexto, o entendimento da assistência técnica deve passar a ser mais amplo, e é papel dos arquitetos-urbanistas valerem-se de sua formação generalista e assumirem uma postura de liderança para serem capazes de costurar as relações entre tantos campos disciplinares, de maneira a promover cidades de qualidade e mais justas com seus habitantes.

REFERÊNCIAS

ANGÉLIL, Marc; HEHL, Rainer (Eds.). **Minha Casa - Nossa Cidade: Innovating Mass Housing for Social Change in Brazil**. Berlin: Ruby Press, 2014. 330 - 333.

BRASIL. IBGE. **Brasil em Síntese**, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

BRASÍLIA. DETRAN. **Frota do DF atinge 1,7 milhão de veículos com 55,8% licenciados**. Disponível em <<http://www.detran.df.gov.br/noticias/item/3323-frota-do-df-atinge-17-milh%C3%A3o-de-ve%C3%ADculos-com-558-licenciados.html>>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

HOLANDA, Frederico Rosa Borges De. **Brasília: Cidade Moderna, Cidade Eterna**. Brasília: Universidade De Brasília, 2010.

HOLSTON, James. **The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasília**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

JACOBS, Janes. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

OECD. **Divided Cities: Understanding Intra-urban Inequalities**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/divided-cities_9789264300385-en#page1>. Acesso em: 24 maio 2018.